

A HISTÓRIA AMBIENTAL NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Graziella Praça Orosco de Souza, Antonio Fluminhan

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Programa de Pós – Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Presidente Prudente, SP. e-mail: graza@unoeste.br

RESUMO

Este artigo discorre sobre a relevância da História Ambiental no processo de Educação Ambiental como contribuinte a uma nova forma de análise da sociedade. A História Ambiental, como parte de um novo modelo da construção histórica, abrange em sua análise dos fatos históricos, o Meio Ambiente, considerando o ser humano como integrante da natureza e verificando como ocorre este relacionamento. A partir desta análise abrangente, a História Ambiental torna possível o entendimento da sociedade tomando por base o ambiente natural. Ela reconstitui, sob esta ótica, os fatos históricos de uma sociedade que sofre o reflexo de sua influência insustentável no Meio Ambiente. Ações mitigadoras da atual situação global vêm sendo tomadas, e dentre elas, a Educação Ambiental tem sido consolidada. Nesta difícil disputa entre avanço tecnológico e preservação da natureza, a História Ambiental pode muito contribuir ao processo de Educação Ambiental, ao fornecer as bases históricas desta questão.

Palavras-chave: História Ambiental, Educação Ambiental, Meio Ambiente, Mitigação, Reconstrução.

THE ENVIRONMENTAL HISTORY IN THE PROCESS OF ENVIRONMENTAL EDUCATION

ABSTRACT

This article discuss on the relevance of the Environmental History in the process of Environmental Education as contributing to a new form of social analysis. The Environmental History, as part of a new model of historical construction, involves during the analysis of the historical facts, the Environment, considering human beings as members of the nature and verifying how this relationship occurs. From this comprehensive analysis, Environmental History makes possible the understanding of society based on the natural environment. It reconstructs, from this perspective, the historical facts of a society which suffers from its unsustainable impacts to the environment. Mitigating actions of the current global situation are being made, and among them, the Environmental Education has been consolidated. In this difficult dispute between technological advancement and preservation of nature, the Environmental History can contribute greatly to Environmental Education process by providing the historical landmarks of this issue.

Keywords: Environmental History, Environmental Education, Environment, Mitigation, Reconstruction.

INTRODUÇÃO

A História Ambiental teve como berço uma Ciência já consolidada no Brasil e no mundo, a História, mais precisamente, a História Econômica e Social. Atualmente, no cenário de preocupação com o futuro do planeta e das próximas gerações, a História Ambiental ocupa espaços antes pertencentes a Ciências Humanas clássicas, atuando em conjunto com a Antropologia, Filosofia, Sociologia e Psicologia, no intuito de desvendar possíveis soluções para a questão ambiental.

A preocupação com a devastação dos recursos naturais fez com que os profissionais de História (professores, estudantes, pesquisadores e teóricos), voltassem seus olhares a questões de grande relevância para a reflexão do atual contexto mundial: Quando teve início esse descaso com o Meio Ambiente? Em que contexto histórico tudo isso começou? E ainda: Qual contribuição a disciplina História pode ter para se compreender toda esta questão? O que os historiadores têm a dizer sobre o panorama atual da questão ambiental?

A História, por si só, remete ao passado das coisas. Quando se estuda História, se pensa em um passado fora do alcance, algo já consumado, imutável. Porém, este pensamento unilateral vem se desconstruindo na medida em que se concebe a História como uma Ciência

dinâmica, que se ocupa sim dos fatos, mas também, do homem e da sociedade que provocou estes acontecimentos passados, e que agora refletem suas consequências no presente, e poderão alterar o futuro.

Este paradigma unilateral em relação à disciplina História passou a sofrer profundas e permanentes alterações a partir da *Escola dos Annales*¹, em 1930, cujos teóricos fundadores se preocuparam em preencher esta lacuna e tornar públicos não só os fatos tidos como oficiais, encomendados, em sua maioria, pelo governo vigente.

Esta nova perspectiva no fazer História contribuiu para uma nova visão do mundo e do ser humano, descortinando a sua influencia e as suas decisões na alteração do curso das relações sociais, e da sua relação com o meio. Ao estudar a “História vista de baixo”, como ficou conhecido este novo modelo, o historiador tem sua visão ampliada, pois consegue perceber os fatos ocorridos de outros ângulos. Esta modificação no trabalho do historiador foi fundamental para que a História passasse a se ocupar do cotidiano, surgindo, então, várias vertentes de estudo dentro da disciplina, como é o caso da História do Trabalho, da Agricultura, das Mulheres, da Vida Privada, dentre outras ainda mais

¹ A revista de estudos "*Annales d'histoire économique et sociale*" foi fundada em 1929 pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre e fomentou o surgimento de uma nova forma de fazer História e, conseqüentemente, de interpretá-la.

específicas, como a História do Chá Mate, do Amendoim, do Vinho.

Neste contexto, a História Ambiental participa desta nova perspectiva do fazer histórico, de se pensar a História das coisas por outro ângulo. Assim, a História Ambiental vem conquistando espaço nas universidades e escolas de Ensino Básico (Fundamental e Médio). Deste modo, refletir sobre a importância da História Ambiental no processo de Educação Ambiental é o principal objetivo deste trabalho.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONSUMISMO

A preocupação com a questão ambiental em nível mundial é relativamente nova, adquirindo grande importância somente nas últimas décadas. Por isso, o Meio Ambiente adentrou nas discussões econômicas, políticas, sociais e educacionais na esperança de chamar a atenção a um problema que não é tão recente assim.

Os impactos ambientais no Brasil se agravaram desde a sua “descoberta” e colonização, acontecimentos estes amplamente devastadores de recursos e com vistas unicamente ao mercado externo. O processo de colonização do Brasil deixou marcas profundas e irreversíveis, tanto no Meio Ambiente quanto na população da época, e cujos problemas a sociedade atual vem tentando resolver. Em sua obra, Ribeiro (1995) aponta para a voracidade do

colonizador em obter lucros com as novas terras por meio da apropriação do ambiente natural e do indígena que aqui habitava.

Uma verdadeira revolução econômica se dá é com o salto da múltipla roça indígena, que se cultivada, misturando dezenas de plantas, para a fazenda e monótonos canaviais açucareiros. Era o passo da fartura-fome para quem lavrava, porque iam deixando de cultivar o que se comia e usava, para produzir mercadoria (RIBEIRO, 1995, p. 91).

O trecho torna clara a intenção mercadológica dos colonizadores, desde o início da ocupação europeia no país, em extrair lucro a qualquer custo. Porém, a característica consumista da sociedade atual encontra uma barreira ao se tratar de preservação ambiental, quando se percebe que esta se torna possível por meio da conscientização e da adoção de modos mais simples de se viver em sociedade. Preservação ambiental e consumismo excessivo não combinam.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram consultadas fontes bibliográficas que versam sobre os assuntos: Educação Ambiental e História Ambiental, de modo a traçar um ponto de encontro entre estes dois campos do saber. Para tanto,

utilizou-se do método dedutivo de modo a identificar a contribuição que o conhecimento dos fatos históricos pode ter na construção - e ressignificação - dos valores culturais e sociais necessários à formação de cidadãos conscientes ambientalmente.

O contexto mundial apresenta um momento bastante propício para a Educação Ambiental agir em prol da ressignificação de valores prejudiciais que intensificam o uso mortificador dos bens comuns da humanidade, entre eles, os recursos naturais. No cenário desesperador de aceleração cada vez maior no processo de degradação ambiental, a Educação Ambiental surge como uma possibilidade de enfrentamento da crise ambiental que se disseminou no mundo moderno.

RESULTADOS

A inclusão legal da Educação Ambiental na política nacional e internacional é relativamente recente. A partir da década de 1960, o modelo produtivo capitalista e o crescimento desenfreado das grandes nações aumentaram a inquietação em relação ao Meio Ambiente. A primeira grande conferência mundial sobre Educação Ambiental ocorreu em 1977, em Tbilisi, na Geórgia, cujo relatório final foi publicado pela Unesco em 1978, com diretrizes básicas de aplicabilidade. Porém, somente em 1981 é que se instituiu a Política Nacional de Meio

Ambiente (Lei nº 6.938, de 31/08/81), que em seu artigo 2º, inciso X, afirma a necessidade de promover a “Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL. Presidência da República, 1981).

A Educação Ambiental no Brasil se consolidou por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), onde é apresentada como um dos temas transversais, conforme poder ser verificado na publicação Inclusão de Ciências no Saeb: documento básico (INEP, 2013), devendo ser trabalhada de modo a ressaltar os aspectos sociais, políticos, econômicos e ecológicos. Assim, como tema transversal, a Educação Ambiental deve estar presente em todas as disciplinas, perpassando seus conteúdos no intuito de construir uma visão mais integradora e promover a compreensão das questões socioambientais como um todo.

Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente, no prefácio do livro intitulado “Identidades da Educação Ambiental Brasileira”, chama a atenção para a diversidade de nomenclaturas que a Educação Ambiental adquiriu no Brasil: “Educação Ambiental crítica, emancipatória ou transformadora, ecopedagogia, educação no processo de gestão ambiental ou ainda, alfabetização ecológica” (BRASIL. Ministério

do Meio Ambiente, 2004, p. 5), e da necessidade de se compreender o seu real significado.

Basta uma breve busca em *homepages* oficiais (Ministério do Meio Ambiente, Secretaria do Meio Ambiente, Ministério de Educação e Cultura, entre outros) para que se perceba a abrangência da Educação Ambiental no Brasil e as ramificações de seu teor conceitual. São vários os documentos que tratam de diferentes metodologias, principalmente voltadas aos estudantes das séries iniciais do Ensino Básico, na esperança de que estes possam levar aos adultos as preocupações latentes da sociedade quanto à questão ambiental.

No entanto, a Educação Ambiental por vezes é considerada como uma política pública desarticulada da proposta educacional brasileira. Por ser um tema transversal, não consta do quadro curricular formal das escolas, como as demais disciplinas, sendo frequentemente trabalhada apenas em aulas de substituição, em atividades complementares das escolas de tempo integral e em comemorações, como as do Dia da Água, Dia da Árvore, Dia do Meio Ambiente, entre outras. Esta falta de integração dos assuntos ambientais ao cotidiano escolar acabam por favorecer a visão desarticulada da relação entre o ser humano e a natureza.

De acordo com GUIMARÃES (1995),

Com o passar do tempo a humanidade vai afirmando uma consciência individual. Paralelamente, cada vez mais vai deixando de se sentir integrada com o todo e assumindo a noção de parte da natureza. Nas sociedades atuais o ser humano afasta-se da natureza. A industrialização chegou ao extremo do individualismo. O ser humano, totalmente desintegrado do todo, não percebe mais as relações de equilíbrio da natureza. Age de forma totalmente desarmônica sobre o ambiente, causando grandes desequilíbrios ambientais (...)
(GUIMARÃES, 1995, p. 12).

Com isso, Guimarães (2005) enfatiza a separação entre ser humano e natureza. Por isso, para as finalidades mercadológicas, o Meio Ambiente foi por muito tempo considerado um recurso do qual pode se extrair lucro. Este pensamento fez com que as relações humanas com o Meio Ambiente se constituíssem em um processo de abstração total, ou seja, o ser humano deixou de se sentir parte da natureza, passando a apropriar-se dela sem maiores preocupações. Esta visão fragmentada comprometeu tanto o ambiente natural que tornou necessária a implantação de medidas corretivas e preventivas, por parte de órgãos

governamentais mundiais, na esperança de minorar o problema.

Para que tenha êxito em sua função transformadora, a Educação Ambiental necessita que o agente educador busque sempre esta integração entre ser humano e Meio Ambiente e se conscientize – e ajude a conscientizar – de que o ser humano é natureza e não apenas parte dela. Ao compreender este fato, a noção de apropriação do ser humano sobre a natureza passa por um processo de resignificação, já que, estando integrado em uma unidade, ser humano/natureza, a característica de dominação de um sobre o outro perde o sentido.

Desta forma, a Educação Ambiental, ao levantar tais questões de ordem social, econômica e política, questiona indiretamente, o modo de vida da sociedade atual e sua relação com a natureza. Ao levantar os problemas oriundos da produção, como a questão da geração dos resíduos sólidos, poluição atmosférica, desmatamento, poluição das águas e solo, entre outros, acaba por questionar de que forma este modelo de produção pode continuar a contemplar as reais necessidades da sociedade atual.

Por isso, o contato com a natureza proposto pelas metodologias de Educação Ambiental contribuem para a reflexão sobre a relevância do trabalho dos educadores, e

para que esta transformação social ocorra efetivamente. As consolidações destas propostas dependem mais do que uma mudança de atitudes, mas de uma mudança de pensamento também. Assim, a assimilação dos conceitos e as práticas metodológicas em Educação Ambiental devem enfatizar o estudo do Meio Ambiente onde o aluno se insere, buscando observar os problemas ambientais e suas repercussões no cotidiano do educando, para que depois, se tenha uma visão mais abrangente destes problemas e se possam conceber as contribuições da ciência e dos saberes populares para a solução deles.

Esta identidade cidadã e responsável ambientalmente é resultado do processo de resignificação, que ocorre ao se pensar o Meio Ambiente com o ser humano nele incluso. Isso pode parecer simples, mas há uma grande dificuldade em se conceber a humanidade como parte da natureza, como parte do todo. Ao se perceber desta forma, a preservação ambiental tende a se tornar um hábito.

Assim, a Educação Ambiental, ao propor reflexão por meio das metodologias que envolvem os sentidos, permite uma amplitude do significado de Meio Ambiente para a sociedade, possibilitando uma mudança de percepção em relação à questão ambiental e conservação dos recursos. Ao trabalhar com a transformação dos valores

culturais, a Educação Ambiental contribui para a preservação e para a gestão dos recursos naturais, e para que se possa, em longo prazo, promover mudanças de pensamento significativas no que se refere ao relacionamento entre ser humano e natureza.

O papel do historiador ambiental pode ser de grande contribuição para a Educação Ambiental, pois, nesta empreitada de se promover uma nova visão na relação ser humano/natureza por meio da Educação Ambiental, os historiadores ambientais, além de ocupar-se com a preservação e recuperação do patrimônio histórico, também colaboram com esta transformação social e cultural. Os trabalhos em História Ambiental procuram aproximar o “conhecimento histórico e o debate de questões ambientais neste início de século” (MARTINEZ, 2006, p. 15).

A base histórica da questão ambiental pode servir como ponto de partida para metodologias em Educação Ambiental, ao permitir a contextualização, origem e temporalização de inúmeras questões pontuais normalmente tratadas por este tema transversal, como poluição das águas e do solo, resíduos sólidos, poluição atmosférica, entre outros.

DISCUSSÃO: A HISTÓRIA AMBIENTAL E A SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ao se ocupar do passado e das relações entre sociedade e natureza, o historiador se insere em novos diálogos interdisciplinares, que tratarão de uma nova abordagem do passado. Ao reconstruir os fatos históricos sob esta ótica, o historiador considera o Meio Ambiente como fundamento básico para o entendimento das sociedades. Segundo Worster (2012-13), o objetivo da História Ambiental é:

aprofundar nossa compreensão de como os humanos tem sido afetados pelo seu ambiente natural através do tempo e, contrariamente e talvez de modo mais importante, na visão da insustentável situação global atual, como a ação humana afetou o ambiente e quais foram as consequências (WORSTER, 2012/13, p. 25).

Deste modo, o historiador ambiental deve incluir em suas análises aspectos éticos e estéticos da sociedade, buscando significados de natureza em “mito e folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião”, na tentativa de resgatar historicamente a relação entre o homem e o Meio Ambiente (WORSTER, 1991, p. 210). Outras disciplinas corroboram com esta mesma necessidade. Waldman (2006) confirma a necessidade desta visão mais abrangente também em

Antropologia Ambiental, que estaria “empenhada em revelar o caráter transformador do homem em sociedade diante do ambiente natural, no caso, instigado particularmente pela dimensão da cultura, da sociedade e das suas dinâmicas” (WALDMAN, 2006, p. 36).

A importância da História Ambiental como contribuinte no processo de Educação Ambiental fica nítida ao se perceber como a disciplina pode enriquecer de exemplos e significados os conceitos transmitidos pelo tema transversal. Relatos como os das grandes navegações nos séculos XV e XVI, a expansão europeia e formação de colônias de exploração no continente americano, entre outros, podem ser mais bem compreendidos sob a ótica da História Ambiental, pois esta abrange a relação homem e natureza na análise dos fatos. Torna-se mais fácil compreender, por exemplo, a devastação na Ilha de Páscoa em razão de um sistema social regido pela fé, a fuga dos colonos portugueses da Ilha do Porto em razão da infestação de coelhos que os mesmos colonizadores para lá levaram, a queda de grandes impérios em razão da erosão ou da formação de pântanos provocados pelas suas formas de cultivo da terra.

Neste contexto, o relacionamento entre a disciplina História Ambiental e a Educação Ambiental se fortalece, na medida

em que a Educação Ambiental vem tentando modificar a forma do homem se relacionar com o mundo natural e a História “trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991, p. 201).

CONCLUSÕES

A história que vem sendo construída ao longo de gerações tornou-se destrutiva e insustentável, tanto para o Meio Ambiente quanto para a segurança da própria espécie humana. A mudança dessa forma de viver e construir a História não depende somente de se olhar para o passado e com ele aprender. Depende também de uma reestruturação no modo como a humanidade se relaciona com a natureza e o que dela se espera. E esta mudança de paradigma, necessária para se manter uma sociedade sustentável, é possível por meio da Educação Ambiental, pois é na formação dos pequenos que está a esperança para as futuras gerações.

Portanto, o papel do historiador vem cada vez mais ganhando espaço nas discussões. Nesta nova perspectiva, a História Ambiental vem a contribuir com o processo educacional ao trazer as origens da questão ambiental, oferecendo as bases de um conhecimento que precisa ser disseminado em prol da preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 09 jul. 2013.
- GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).
- INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Inclusão de Ciências no Saeb**: documento básico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.
- MARTINEZ, P. H. **História ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção questões da nossa época; v. 30).
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: evolução e sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- UNESCO. Intergovernmental Conference on Environmental Education organized by UNESCO in co-operation with UNEP. **Final Report**, Tbilisi (USSR), 74 - 26 October 1977.
- WALDMAN, Maurício. COIMBRA, José de Ávila Aguiar (coord.). **Meio ambiente & antropologia**. São Paulo: Editora SENAC, 2006. (Série Meio Ambiente, 6).
- WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v.4, n.8, p.198-215, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2324/1463>>. Acesso em 25 jul. 2013.
- WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**. Vol. V – no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a03v5n2.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

Recebido para publicação em 19/08/2014

Revisado em 03/09/2014

Aceito em 06/09/2014